



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**Fim do "*Muxuapo*" e aparente tranquilidade. Uma análise de
segurança pública no Porto de Maputo.**

Candidato: José Care

Supervisor: Danúbio Lihaha

Maputo, Março de 2024

José Care

Fim do *Muxuapo* e aparente tranquilidade. Uma análise de segurança pública no Porto de Maputo.

Trabalho de culminação de curso na modalidade de projecto de pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane.

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

Danúbio Lihaha

Hélder Nhamaze

Emídio Gune

Declaração de Honra

Eu, José Care, declaro por minha honra que o presente trabalho de fim de curso, nunca foi apresentado parcialmente ou na sua íntegra para a obtenção de qualquer grau académico, e que o mesmo constitui resultado da minha investigação pessoal, estando indicados no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

O Autor:

José Care
Maputo, Março de 2024

Dedicatória

Dedico este trabalho as minhas filha Nayra e Ayla.

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho, de forma directa ou indirecta a estas pessoas vai o meu maior agradecimento, em especial as que abaixo menciono:

Primeiro a Deus pelo dom da vida e pelas bênçãos que tem me concedido.

A minha avó pelas orações que tem servido do meu suporte espiritual, a minha mãe, também, pelas incansáveis orações, pela confiança e apoio incondicional.

A minha esposa pelo apoio moral e material em todo processo estudantil bem como pela compreensão pelos momentos que estive ausente até em ocasiões especiais da família.

Aos colegas de turma: Rabuquene Amino, Arão Homo, Mércia Cristina, Agostinho Lobo, Yolanda Manganhe e Américo Zandamela, que constituíram o grupo de estudos que superou as diferenças nas faixas etárias e constitui-se como suporte durante o curso.

Lista de abreviaturas

ACIPOL	Academia de Ciências Policiais.
DAA	Departamento da Arqueologia e Antropologia
MPDC	Companhia do Desenvolvimento do Porto de Maputo .
PRM	Polícia da República de Moçambique.
UEM	Universidade Eduardo Mondlane.

Resumo

O presente trabalho tem como objectivo compreender o paradigma da actuação das equipas de segurança no contexto do Porto de Maputo, tendo em conta o desenvolvimento estrutural que se verifica naquele empreendimento público.

Dada a sua extensa área, cerca de 4km², vigiada por diversas empresas de segurança privada e por Ramos das Forças de Defesa e Segurança (militares e Polícia da Republica de Moçambique), pretende-se perceber em que medida estão em consonância com as mudanças do local de actuação, tendo em conta o fluxo de pessoas e bens que actualmente se verifica.

O Porto de Maputo antes de ser concessionado à Companhia do Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), período anterior ao ano de 2003, teve a sua estrutura de segurança basicamente estatal desafiada a garantir um enorme complexo portuário composto, com escassos meios (materiais e humanos).

Com a concessão do Porto de Maputo, verificou-se mudanças em termos de estruturas, regras internas, aboliu-se a armazenagem de produtos alimentícios, introduziu-se o controlo de entradas e saídas de pessoas e bens, foram contratadas diversas empresas de segurança privada para as diversas empresas que lá prestam serviços, facto que proporcionou o fim de "*muxuapo*" (expressão usada para designar produtos obtidos através furtos em particular bens alimentícios), que leva a uma suposta tranquilidade dos agentes de segurança e o surgimento de novos tipos de crime que exigem uma nova forma de abordagem para a sua prevenção.

Palavras-chave: Segurança pública, Paradigma, Crime, Porto de Maputo.

Índice

Declaração de Honra	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos	III
Lista de abreviaturas	IV
Resumo	V
Capítulo 1	1
Introdução.....	1
Segurança Pública em Moçambique	4
Profissionalização do trabalho policial	5
Justificativa	6
Capítulo 2.....	8
Revisão de Literatura.....	8
Problemática.....	10
Capítulo 3	11
Quadro teórico conceptual	11
Quadro conceptual	12
Capítulo 4.....	14
Metodologia.....	14
Técnicas e instrumentos	15
Capítulo 5	17
Organização e funcionamento de instituições da área de segurança pública.....	17
Estratégias de actuação	18
Actividades desenvolvidas para a segurança pública no porto de Maputo	19
Considerações finais	21
Referências bibliográficas	26

Capítulo I

1. Introdução

O presente trabalho é realizado no âmbito da elaboração do projecto para a monografia, com vista a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia, com o tema: "Fim do *muxuapo* e aparente tranquilidade. Uma análise de segurança pública no Porto de Maputo".

Neste contexto, a situação criminal no recinto Ferro-Portuário tende a ser considerado uma das mais baixas a nível da cidade de Maputo. Com base no Relatório Anual de 2015¹, a média mensal fixa-se cinco crimes por mês. A redução da criminalidade e a ocorrência de novos tipos de delitos deve-se a profundas mudanças estruturais e económicas naquele espaço nos últimos anos.

Embora seja assim considerada o *modus operandi*, os focos, as motivações dos praticantes de diversos crimes neste local, bem como a implementação de novas formas de combate aos delitos tende a ganhar nova roupagem ao longo de tempo, tendo em conta o carácter expansionista da modernização do Porto de Maputo, que por sua vez exige modificações constantes por parte dos agentes de segurança de modo a acompanhar o ritmo desta modernização que impõe novos desafios aos diversos sectores que operam no recinto ferro-portuário.

A Companhia de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC)² é uma empresa privada, nacional, Detém os direitos de financiamento, reabilitação, construção, operação, gestão, manutenção, desenvolvimento e optimização de toda a área de concessão. A empresa tem também poder de Autoridade Portuária, sendo responsável pelas operações marítimas, reboque, estiva, operações nos terminais e armazéns, bem como planeamento e desenvolvimento portuário.

¹ Relatório Anual de 2015 da 8ª Esquadra – Porto de Maputo.

² Sigla em inglês (Maputo Port Development Company). Esta empresa resulta da parceria entre os Caminhos de Ferro de Moçambique e a Portus Indico, constituída pela Grindrod, DP World e a empresa Moçambicana Mozambique Gestores. A 15 de Abril de 2003 foi atribuída à MPDC a concessão do Porto de Maputo por um período de 15 anos, com uma opção de extensão por mais 15 anos. Em Junho de 2010 o período de concessão foi estendido por mais 15 anos, com opção de mais 10 para operações após 2033.

Nos últimos anos, a MPDC tem investido na ampliação, dragagem do canal, reabilitação e modernização do empreendimento que gere, o que inclui meios marítimos e terrestre bem como a dragagem do canal com vista a recepção de navios de maior calado o que diversifica cada vez mais as mercadorias recebidas e exportadas. Isto torna o Porto atractivo, também, para indivíduos, socialmente, considerados de má conduta.

O Porto é, pela sua natureza, uma fronteira marítima, daí que recai-lhe o valor simbólico do ser, igualmente, “projector” da imagem do país em relação aos que escalam aquele empreendimento. Portanto, a componente de segurança deve ser levada em conta não somente para a sua atractividade, mas também para que seus utilizadores e os demais se sintam protegidos para o alcance dos objectivos em geral.

Numa era de modernidade em que nos encontramos, o aspecto da segurança pública tende a acompanhar os contornos da criminalidade, em particular no porto de Maputo, tendo em vista novos tipos de crimes e tendências que possam tomar desajustando na conjuntura actual.

1.1 Segurança pública em Moçambique

De acordo com Borges (2014) em Moçambique a segurança pública esteve ligada a processos político-sociais no período pós-independência, conhecendo duas etapas cruciais, nomeadamente: a) do **policamento popular** e a b) da **profissionalização do trabalho policial** como estratégias nas quais se depositaram certas expectativas de controlo do crime, sendo que, ambas foram implementadas em contextos políticos - sociais diferentes e visavam ajustar a organização policial às mudanças de regime do Estado.

- a) **Policamento Popular** – após a independência de Moçambique adoptou-se um regime político socialista em oposição a fase colonial, na expectativa de criar uma sociedade sem classes no qual inspirou a ideia duma ordem pública para um Estado jovem. Neste contexto, o crime foi visto como um problema social originado pelas desigualdades no seio da população pelo facto de existirem grupos privilegiados que oprimem os mais fracos propiciando o retorno ao passado colonial (Borges: 2012).

Em relação ao período do policiamento Popular tratou-se de uma fase de partido único com o poder demasiadamente centralizado, portanto a FRELIMO reiterava que:

Só através de uma luta pela criação de uma sociedade sem exploradores e explorados, onde todos os homens procuram satisfazer as suas necessidades individuais através da cooperação com outros homens através do trabalho colectivo organizado é que será possível eliminar definitivamente a criminalidade [...]. Por essa razão a FRELIMO definiu desde inicio que a luta contra a criminalidade é parte integrante da luta de classes, da luta contra todas as formas de exploração [...]. (DIP, 1976:05).

b) Profissionalização do trabalho policial

No ponto de vista de Bila (2008) as estratégias de controlo do crime com vista a manutenção duma ordem pública não são estáticos, pois tendem a acompanhar as mudanças sociais e políticas o que significa que podem estar sujeitos a transformações que se produzem quer de forma progressiva, quer de forma mais rápida. Dai que, com as lacunas apresentadas pelo modelo de policiamento popular sofreram transformações a partir do ano de 1990 com a alteração constitucional para o multipartidarismo.

Com efeito, no âmbito das mesmas reformas levadas a cabo, em 1999 o Estado moçambicano cria, por meio do Decreto 24/99, de 18 de Maio, a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), instituição de ensino superior em ciências policiais encarregada de formar oficiais de nível superior, como forma de profissionalizar o trabalho policial e melhorar o desempenho da organização no combate a criminalidade (Borges: 2014).

Nesta perspectiva,

[...] as reformas de natureza micro que, actualmente, desafiam a Polícia da República de Moçambique (PRM), resultam da emergência de novo paradigma do serviço policial associado à democracia multipartidária dos anos 90, fruto da consolidação do Estado de Direito, da integração

regional e da globalização a larga escala dos últimos 20 anos (Bila:2008, pp.3).

É de salientar que na era de Moçambique democrático investiu-se em processos de recrutamento e formação de agentes em vários níveis incluindo o superior como forma de dominar o controlo ao crime por meio do conhecimento científico.

Neste contexto o presente trabalho tem como principal objectivo compreender o paradigma da actuação das equipas de segurança no contexto do Porto de Maputo, especificamente: i) mapear as estruturas e serviços existentes vocacionadas a segurança no Porto de Maputo; ii) analisar as estratégias que localmente são elaboradas e implementadas no sector de segurança; e iii) Identificar e analisar as actividades desenvolvidas para produção de segurança no Porto de Maputo.

1.3 Justificativa

Bila (2008) salienta que na última década (1998 - 2008), os desenvolvimentos e adaptações aos contextos sociais, económicos e políticos processaram-se de forma rápida o que tornou difícil prever o nível e a complexidade de condutas inconformistas que violam a lei.

A motivação da escolha do tema é pelo facto de constatar-se uma expansão e modernização do Porto de Maputo, daí que a componente segurança sendo de grande importância, testar a sua “sintonia” com a dinâmica da área portuária.

A pesquisa é relevante, na medida em que visa despertar todos os intervenientes da área de segurança (principalmente a pública), no que concerne a prontidão permanente na protecção de pessoas e bens públicos e privados face aos novos desafios. No local em alusão verifica-se um aumento considerável de crimes de falsificação de documentos de acesso ao Porto bem como de importação de mercadorias e consequentemente o seu levantamento.

No local da pesquisa, o trabalho de campo contribuirá, como um processo de aprendizagem que requer atenção e reflexão por parte dos agentes de protecção, relativamente a uma determinada

experiência e que conduz a uma transformação, em relação aos seus comportamentos, atitudes, aptidões ou ainda em relação aos seus conhecimentos ou às suas próprias convicções.

Um outro aspecto, a tema segurança pública é de importante porque ela promove o bem-estar dos indivíduos e encoraja e atrai investimentos e conseqüente desenvolvimento. Propicia mudanças nas condições de bairros e áreas urbanas que influem na delinquência, vitimização e insegurança resultantes do crime, mediante o fomento de iniciativas, experiências e comprometimento dos membros das comunidades (CIPC: 2012).

Partindo dos escritos de Durkheim em Da divisão social do trabalho citado por Ribeiro (2012), o crime surge na sociedade quando ocorre um estado de desajuste das regras instituídas e alguma desordem social criada por mudanças sociais. No local de pesquisa verificam-se mudanças estruturais e de funcionamento que eliminaram velhos problemas, mas, no entanto, que surgem novos que merecem novas formas de tratamento.

Capítulo 2

2. Revisão de Literatura

Neste ponto, far-se-á a abordagem de vários autores, no concernente ao tema e o problema em estudo, como forma de analisar o contexto actual da segurança face a expansão do Porto de Maputo.

Para Durkheim o crime é um fenómeno normal em qualquer sociedade e é útil porque, primeiro, expressa o carácter limitado da autoridade da consciência colectiva. As normas e os padrões tradicionais sofrem enfraquecimento, sem serem substituídos, neste caso a anomia existe quando não há padrões claros para guiar o comportamento em determinada área da vida social (Ferreira et al: 1995).

O mesmo autor cita Robert Merton que contraria o Durkheim defendendo que a anomia e desvio não é o enfraquecimento da regulação do social, mas sim, é a existência da contradição básica entre as inspirações legítimas que a cultura insta aos indivíduos e as oportunidades de satisfação que a estrutura social oferece aos indivíduos, não tendo, no entanto um equilíbrio entre os fins e meios culturalmente aceites (idem).

Na ideia Burgess o desvio é uma expressão de expansão e diferenciação dos processos de socialização dos indivíduos e de grupos que habitam a cidade (idem). Neste contexto, as zonas ocupadas por indivíduos precedentes de territórios e com socialização diferentes tem maior probabilidade de se delinquir pelo facto de não conseguirem integrar-se na nova comunidade.

Ainda de acordo com Giddens (2004), em relação ao crime, o interacionista Edwin H. Sutherland refere que em uma sociedade que contém variedade de subculturas, alguns ambientes sociais estimulam actividades ilegais, tornando alguns indivíduos delinquentes pela associação com pessoas que vivem no mundo do crime, o que chama de associação diferencial.

A ideia que se pretende de um porto modernizado vai alinhado com a ideia de um porto seguro em todos os aspectos, portanto, é importante que se cultive e se reformulem o conceito de segurança. Gonsalves Filho et al (2013) define cultura de segurança como um conjunto de

atitudes das organizações e indivíduos que garantem segurança (à um bem) e que atribuem maior prioridade a o que se protege.

De acordo com Santos (2006), o conceito de segurança pública é amplo e não se restringe à políticas de combate ao crime e muito menos à actividade policial. Ele norteia conceitos de dignidade humana, interdisciplinaridade, imparcialidade, legislação, pluralismo organizacional, do uso limitado do poder, transparência e participação comunitária.

Para Ratton citado pela Santos (2015), crime é um conceito teórico de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais.

Nesse âmbito, o conceito de segurança pública, também deve ser revisto de modo a se ajustar ao actual contexto (da modernização). De acordo com Caldeira (2004), segurança pública é um processo sistémico e otimizado que envolve um conjunto de acções públicas e comunitárias, visando assegurar a protecção do indivíduo e da colectividade e aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos.

Sendo a segurança pública um bem que deve ser garantido, não só, pelo estado, é necessário que haja uma sintonia entre os intervenientes. Daí que para que tal aconteça requer-se políticas que privilegiem investimentos na qualificação, na modernização e nas mudanças estruturais e culturais adequados ao contexto (ibdem).

Nesta nova forma proposta de ser e estar o conceito de segurança pública passa a ser definido no quotidiano, visto que, a acção dos agentes de protecção ocorre num mar de incertezas, ou, não tem uma acção determinada, pois encontra-se num campo de conflitualidade social.

Num contexto em modernização, o descompasso entre as mudanças sociais e políticas e práticas de policiamento, produz uma crise de dentro de instituições que asseguram a ordem pública de dentro da corporação para fora, mas sim o inverso, da relação sociedade - Estado em consequência da falta de sintonia entre o avanço social e o modo de policiamento ampliada pela ausência de um processo dinâmico e otimizado que faça funcionar um sistema de segurança pública para a realidade ferro-portuária.

A capacidade de manutenção da ordem e segurança pública é determinante para avaliação de existência ou não de instituições de controlo no imaginário social (Barreira: 2004). Verifica-se então a importância de uma actuação eficiente e mais acções de prevenção.

Na ideia de combate e prevenção do crime, Zaluar e Ribeiro (2009), referem que é explicado pelo conceito de capital social. Para eles, comunidades com maior capital social, ou seja, onde existe mais confiança, mais reciprocidade, mais sociabilidade, mais solidariedade teriam baixa de criminalidade.

Castells (1984) apoia-se no conceito de desorganização social para explicar a sua tese afirmando que, a inadaptação individual, a persistência de certas subculturas autónomas, desviadas ou não, e a sua resistência à integração, concorrem para a desorganização social.

Macamo (2002) cita Parson que centra a sua ideia da teoria da acção social que comporta três elementos que são a cultura, personalidade e sistema social. Nisto, defende que uma determinada ordem social só consegue manter-se se é capaz de inculcar aos indivíduos certos valores e normas susceptíveis de os orientar na tomada de decisões (sendo boas ou más) no seu quotidiano. Com isto entende-se que o sistema social produz um tipo de personalidade capaz de fazer opções funcionais concorrendo para a manutenção da ordem social.

Ribeiro (2009), a sua tese centra-se na ideia da criação de um sistema integrado de segurança. Nesta visão, afirma que todas as diferentes forças que actuam na área de segurança pública num único empreendimento, devem constituir um único organismo de modo a actuar em conformidade com os objectivos do todo.

Em relação a uma possibilidade de assegurar a circulação de pessoas e bens sem constrangimentos, Dias (2003), defende que os intervenientes devem circular e partilhar a informação relativa às suas actividades de modo que as suas acções sejam coordenadas.

2.1 Problemática

Partindo da ideia de Dias (2003) podemos compreender que a partilha de informação é pertinente no sentido de coordenar acções que visam a garantia de segurança pública. Mas, ao mesmo tempo, não esclarece em que sentido podem ser tratadas informações de carácter sigiliosa que podem ser de consumo de um círculo reduzido de indivíduos.

Na ideia de Ribeiro, a ideia de se criar uma sistema integrado de segurança, em que todos actuantes se subordinem a uma direcção permite compreender que algumas falhas cometidas na área de segurança pública deve-se a certo “distanciamento” dos intervenientes o que fracassa todos os esforços coordenados.

Mas esta perspectiva, ao mesmo tempo, peca por ser de carácter funcionalista, reduzindo o espaço ao um organismo no qual, diferentes órgãos funcionam para o bem do todo, deixando do lado as aspirações de cada grupo (ou empresa) que actua na área de segurança.

Tendo em conta o debate acima descrito temos como a pergunta de partida nos seguintes termos:
Como integrar meios humanos num plano de segurança publica eficaz para um Porto em modernização?

Capítulo 3

3. Quadro teórico conceptual

Neste trabalho nos inspiramos na visão de Durkheim sobre o crime e desvio, defendendo que ambos são elementos inevitáveis e necessários na sociedade. Para ele a manutenção da ordem pública só é possível se a consciência colectiva (as normas) estiverem enquadradas de acordo com o contexto em onde elas são implementadas. Neste ponto de vista as normas tradicionais ao permanecer insubstituíveis enfraquecem e, conseqüentemente, gera uma desordem o que este autor chama de anomia (Giddens: 2004).

Para o mesmo autor a perturbação da ordem pública concorreria para a coesão e solidariedade social, isto é, um acto criminal seria visto pela comunidade como um desafio a ultrapassar, redefinindo estratégias e paradigma de actuação para evitar eventos futuros que possam ameaçar a ordem social.

Parson citado por Macamo (2002) defende que uma determinada ordem social só consegue manter-se se é capaz de inculcar aos indivíduos certos valores e normas susceptíveis de os orientar na tomada de decisões no seu quotidiano. Com isto entende-se que o sistema social produz um tipo de personalidade capaz de fazer opções funcionais concorrendo para a manutenção da ordem social e constituindo uma simples antecipação da moral futura.

3.1 Quadro conceptual

3.1.1 Segurança pública

De acordo com Santos (2006) a segurança pública é uma actividade desenvolvida pelo Estado e é responsável por empreender acções de repressão e oferecer estímulos activos para que as pessoas possam conviver protegidos de riscos a que estão expostos.

Para Tavares (2010) Segurança Pública é um serviço universal (que beneficia a todos sem distinção) que visa a protecção da integridade física de pessoas e bens, prestado pelas forças de segurança em coordenação com o poder judicial.

3.1.2 Paradigma

Entende-se como um conjunto de crenças, sistema global de explicações, um determinado sistema de valores, sendo deste modo, uma forma de classificar a realidade a partir do ponto de vista do conhecimento dessa realidade (Sousa: 2009).³

Segundo Kuhn (1991) é uma realização científica universalmente reconhecida, que durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.

³ O termo surgiu inicialmente em linguística na teoria do signo criada por Ferdinand Saussuer, na qual relacionava o signo ao conjunto de elementos que constituem a língua. O paradigma seria o conjunto de elementos linguísticos que podem ocorrer no mesmo contexto ou ambiente.

Capítulo 4

4. Metodologia

4.1 Procedimento metodológico

A metodologia é o caminho a seguir ou que se deve impor-nos diferentes processos necessários para atingir um objectivo desejado, estabelecendo procedimentos racionais práticos, que orientam o pensamento para serem alcançados conhecimentos válidos.

Este estudo é de carácter exploratório e do tipo qualitativo. Segundo Matusse (1993), o método qualitativo aprofunda o mundo dos significados das acções e as relações humanas. Este método possibilitou-nos uma análise detalhada sobre a forma como é entendida a segurança pública e como são desenvolvidas acções de prevenção de crimes. Este método possibilitará a identificação de estratégias e actividades implementadas para a produção da ordem pública.

De acordo com Souza (1989) o método qualitativo possibilita-nos a obter informação a partir da fonte primária bem como entender processos mentais de indivíduos, permitindo integrar a análise subjectiva das situações em análise.

Possibilita-nos, igualmente, o aprofundamento da complexidade de fenómenos, factos, processos particulares de grupos mais ou menos delimitados capazes de serem abrangidos (Oliveira at all: 2013).

De forma a preservar a identidade ou anonimato das participantes desta pesquisa, optamos por omitir os respectivos nomes dos entrevistados e usaremos nomes fictícios.

4.2 Técnicas e instrumentos

A pesquisa etnográfica será central para a concretização do objectivo geral do presente projecto. Ela envolverá a deslocação física do pesquisador (Pina Cabral: 2006). Consistirá, igualmente, em entrevistas e conversas informais, com uso de em bloco de notas e uma esferográfica. Pois, o estudo da totalidade de um fenómeno social supõe a integração do observador ao próprio campo de observação (François: 2003).

Nesta pesquisa usar-se-á a técnica de recolha de dados na qual se pretende recolher dados que respondem aos objectivos do trabalho bem como as questões de pesquisa. Usamos as entrevistas semi-estruturadas e a observação directa com o uso de bloco de notas e uma esferográfica.

4.3 Etapas da pesquisa

O primeiro momento diz respeito a pesquisa documental e bibliográfica, em bibliotecas respectivamente a da Biblioteca Central Brasão Mazula e do Departamento da Arqueologia e Antropologia (DAA) na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), não obstante, a pesquisa também consultou documentos da internet e obras que abordam sobre as estratégias de combate ao crime e segurança pública.

Noutro momento seguir-se-á observação directa no local de estudo, concretamente nos portões de acesso ao Porto de Maputo, nomeadamente, Portão – 1, localizado no limite Sul do bairro Luís Cabral, Portão – 9 (Praça dos Trabalhadores), Portão – 10 (Terminal de Cabotagem), Terminal de Açúcar, Terminal de Contentores, Posto Diesel, Terminal de Viaturas e Oficinas Gerais.

4.4 Local da pesquisa e informantes

O Porto de Maputo localiza-se a Sudoeste do Canal de Moçambique, situando-se à margem esquerda do rio Matola e é composto por duas importantes áreas: Porto comercial de Maputo e Complexo industrial da Matola. O Porto de Maputo é composto pelos Terminais de Pesca, Cabotagem, Carga Geral, Carvão, Fruta, Açúcar, Viaturas, Contentores, Aço e de Melaços. Tem como sua capacidade global de manuseamento de carga de aproximadamente 17.000.000 de toneladas métricas por ano (CFM: 2010).⁴

Este empreendimento possui uma área de aproximadamente 4 km², com um pouco mais de 3 mil trabalhadores, entre efectivos e eventuais. Não estando alheio a ocorrência de crimes, os acessos

⁴ O acesso ao porto é feito através de dois canais, nomeadamente, o da Xefina e o da Polana, cujas extensões são, respectivamente, 9,3 km e 7,5 km. Disponível em: <http://www.cfm.co.mz/index.php/infraestruturas/cfm-sul/porto-de-maputo>.

(marítimo e terrestre) e objectos económicos encontram-se sob protecção de diversas forças de segurança (públicos e privados).⁵

Serão efectuadas entrevistas semi-estruturadas com agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM), agentes de segurança privada que prestam serviços no Porto de Maputo e com alguns funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique ligados a área de segurança.

4.5 Constrangimentos

Durante o primeiro contacto exploratório com os informantes tive alguns constrangimentos. O primeiro foi o de acesso aos documentos que refletem a realidade criminal do local de estudo, para superar, tive que assinar um termo de responsabilidade a comprometer-me a não usar a informação institucional para outros fins diferentes das quais ela foi solicitada sob pena de ser punido nos termos da lei.

A desconfiança em relação aos agentes de segurança, a dificuldade no acesso a zonas de risco nos quais só se acede mediante o uso de equipamentos de protecção individuais, tais como: botas, capacete, colete reflector e óculos apropriados bem como a obtenção do documento de autorização para acesso. Para estes constrangimentos e para escapar a burocracia, e sendo agente da PRM, tive que optar em envergar o fardamento para poder aceder aos locais com algumas restrições.

⁵ As Forças de Defesa e Segurança: Marinha de Guerra e a Polícia de Protecção Marítima, Lacustre e Fluvial fazem um patrulhamento do canal de acesso em embarcações alocadas para o efeito.

Capítulo 5

Organização e funcionamento de instituições da área de segurança

Segundo a entrevista com o Gestor da Segurança da MPDC, o Porto de Maputo possui uma Esquadra da Polícia da República de Moçambique⁶ com polícias de três especialidades sendo a maioria da Polícia dos Transportes e Comunicações (PTC), uma força de segurança interna da MPDC e sete empresas de segurança privada que actuam em diferentes sectores naquele empreendimento, nomeadamente: G4S, Arkay Segurança, Safe Guard, Executive Protection, Guardians, Mozeg e Delta Segurança.

As diferentes forças que operam na área de segurança encontram-se posicionadas conforme as necessidades, desde os portões de acesso e na vigilância e controlo interno de infra-estruturas e mercadorias que representam o grande desafio, principalmente, quando são em elevados volumes (Sr. Miguel, Supervisor de segurança).

Relativamente a existência a sectores chave ou não, fica-me difícil de especificar porque todas as áreas são essenciais e vitais para o funcionamento do Porto, mas as que absorvem maior número de agentes, da área de segurança, tem a ver com a dimensão das instalações bem como o fluxo de pessoas e bens tal como acontece nos portões de acesso, terminais e na área de scanner/Raio X (Sr. Moiane – Gestor de Higiene e Segurança no Trabalho).

De acordo com a entrevista com o oficial de permanência da esquadra local da polícia informou que as diferentes forças estão posicionadas da seguinte maneira: G4S nas instalações da Autoridade Tributária de Moçambique, Arkay na área de *scanner* (inspecção não intrusiva sob gestão da empresa Kudumba Investimentos), Safe Guard no terminal de contentores, Executive Protection no terminal de viaturas, Guardians na zona operacional do porto e nos acessos principais, nomeadamente, portão número 1 e portão número 9, a Mozeg no terminal de açúcar e a Delta Segurança no terminal de Cabotagem.

⁶ Funciona com agentes da especialidade da Polícia dos Transportes e Comunicações, do Serviço Nacional de Investigação Criminal e da Força de Protecção Marítima, Lacustre e Fluvial (Marinha).

As instituições que operam na área de segurança, no porto de Maputo, funcionam em regime de turnos de 12 horas e de 24/48. São, todos, paramilitares desenvolvendo as suas actividades em coordenação com outras entidades tais como Alfândegas de Moçambique, dos Serviços Nacionais de Migração e a Polícia de Protecção de Recursos Minerais e Meio Ambiente.

Estratégias de actuação

Em conversa com o Chefe de Pelotão da PTC disse que para assegurar que haja segurança pública, a sua instituição definiu quatro pilares considerados essenciais que são: Ligação policia/Comunidade, patrulha, mapeamento do foco de delitos e recolha de informação.

Em relação a ligação policia/comunidade é uma estratégia que tem como objectivo aproximar os cidadãos dos agentes de segurança com vista a estabelecer um mecanismo de comunicação, coordenação e desenvolvimento de relações de confiança através da transparência na actuação e tramitação de processos a outras instituições ligadas a justiça (Senhor Mateus 53 anos).

Ela consiste em encontros entre representantes de instituições do ramo de segurança pública com as comunidades com vista realização de um diagnóstico local e participativo por meio de indicadores e discussão de estratégias de redução e combate de possíveis delitos que apoquentam os residentes e/ou utentes de um determinado local.

Neste contexto, Trojanowicz e Bucquerux (1999) definem tal procedimento como uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia - se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais e em geral a decadência do bairro, com o objectivo de melhorar a qualidade geral de vida na área.

Para Souza (2014) a questão de segurança pública, numa forma geral, deve ser abrangente no sentido de não se restringir a apenas as instituições que lidam com ela, mas também aos beneficiários desses serviços. Com esta ideia entende-se que é necessária a identificação de parcerias, isto é, aproximar a comunidade dos agentes de segurança e a definição de responsabilidades compartilhadas.

Em relação a patrulha efectuamos apenas em viaturas porque de acordo com a norma internacional dos portos é proibido a circulação de peões na área operacional de modo a se evitar acidentes, pois, circulam máquinas de grande porte. Direcçionamos as nossas actividades na garantia da nossa presença em locais propensos ao cometimento do crime (Amadeu 30 anos, Agente da PRM).

De acordo com Fonseca (2006), uma das estratégias dessa nova filosofia de trabalho direccionado a segurança pública é o emprego do policiamento a pé ou motorizado em áreas comerciais, criado com o intuito de aumentar a de segurança de pessoas e bens nas áreas caracterizadas pelo grande fluxo de mercadorias e de alta incidência de criminalidade.

De acordo com a entrevista com o Chefe das Operações da Marinha, mapeamento do foco de delitos consiste em fazer o levantamento de locais propensos ao cometimento de crimes, através de estudo de ocorrências registadas, contacto com os utentes do porto bem como pela recolha de informação por parte dos agentes em serviço.

O mapeamento de focos de delito bem como a recolha de informação não são estratégias exclusivas da PRM, todas as forças de segurança em serviço neste porto trabalham pelo mesmo objectivo. Por isso reunimos semanalmente para fazermos balanço de actividades desenvolvidas, definir prioridades, formas de actuação e coordenar acções com vista a alcançar o objectivo comum que é a segurança de pessoas e bens no espaço ferro-portuário.

Olhando para as estratégias de actuação que tem sido privilegiadas enquadram-se na questão preventiva de delitos. Tomando em conta a realidade local, por exemplo, o facto de não se permitir longas caminhadas, assim como patrulhas a pé, limita as instituições responsáveis pela segurança na alocação de meios circulantes e humanos que possam cobrir cabalmente todas as áreas bem como uma rápida resposta em caso de emergência por exiguidade de meios.

Actividades desenvolvidas para segurança pública no porto de Maputo

O local de estudo possui uma área com cerca de 4 km², com mais de três mil trabalhadores entre efectivos e eventuais. Tendo, igualmente, 20 objectos económicos e vitais para o seu funcionamento, dentre os quais destacam-se terminais (de açúcar, de contentores, melaços,

minérios, viaturas e de passageiros), áreas de acesso, locais estes que necessitam de vigilância ininterrupta humana tendo em conta a realidade local.

No portão número 9, o qual dá acesso ao Porto de Maputo pela Praça dos Trabalhadores, localizado na baixa da cidade com o mesmo nome, encontrando-se instaladas duas cancelas, sendo, para entrada e saída de viaturas e, na lateral esquerda estão seis portas giratórias para peões.

Verifiquei que neste ponto de acesso, encontra-se escalada membros da PRM e uma força de segurança privada denominada “Guardians” com um efectivo que varia de oito a dez vigilantes conforme o turno. Destes, dois posicionam-se a cerca de cinquenta metros da cancela de entrada de veículos para a verificação antecipada do porte do cartão denominado livre-trânsito e exame alcoólico dos condutores e outros ocupantes das viaturas. Findo este exame e se tudo estiver de acordo com as normas estabelecidas é autorizada a sua entrada.

Em conversa com um dos vigilantes do mesmo portão em serviço na cancela de entrada de viaturas disse que:

Neste portão tem acesso viaturas ligeiras mediante apresentação do cartão denominado livre-trânsito⁷ emitido pela MPDC, mediante pagamento de uma taxa anual ou diário. Aqui não é autorizada a circulação de nenhuma mercadoria seja, em trânsito, de exportação ou de importação (senhor Bazima, 53 anos de idade).

De acordo com a entrevista com o supervisor do primeiro turno de serviço, neste local para a garantia da segurança são realizadas varias actividades desde revistas, fiscalização de documentos de acesso nas viaturas e pessoas, controlo alcoólico e guarda.

Aqui no portão 9 procedemos revistas a pessoas e viaturas que estão a para sair, principalmente nos dias em que estão atracados navios de produtos como arroz, açúcar e peixe, porque, tem havido furtos nos locais de manuseamento desses produtos. Para os que pretendem entram exigimos que façam o teste alcoólico, devendo soprar ao barómetro, apresentem o crachá emitido pela MPDC ou algum

⁷ O cartão livre-trânsito e o crachá não são exigidos a viaturas oficiais do Estado e seus funcionários devidamente identificados ou fardados bem como ambulâncias e bombeiros.

documento de autorização temporária, no caso de não portar nenhum destes recomendamos o utente a contactar a entidade na qual pretende se dirigir para comunicar ao Departamento de Segurança para a devida autorização e comunicação a este portão via rádio (senhor Assane, vigilante, 39 anos de idade).

Na cancela de saída, pedimos o automobilista para abrir a parte traseira da viatura no caso dos turismos e fazemos a revista para aferir se não transporta, consigo, bens ou produtos manuseados no Porto, depois mandamos seguir com a viagem. Também já não mesmo que antes, não se rouba muito (senhor Mambuiango, 57 anos de idade).

Em conversa com um vigilante do terceiro turno escalado na cancela de saída disse que há momentos em que a revista é feita de forma rápida por causa do fluxo de viaturas que acaba criando engarrafamento, principalmente na hora em que muitos estão a sair dos seus locais de trabalho.

Numa entrevista com o Supervisor de um do segundo turno escalados no mesmo portão disse que a segurança naquele local é eficaz porque na saída faz-se revistas minuciosas a pessoas e viaturas durante 24 horas, mas não é como nos anos anteriores, agora já não há *muxuapo*⁸ trabalhamos sem correrias.

No Portão-1 o qual dá acesso ao porto de Maputo através do bairro Luís Cabral, fazendo uma ligação com o prolongamento da avenida de Moçambique, estabelece-se mesma forma de actuação como a do portão-9 diferenciando-se por estarem posicionados naquele local alfândegas, supervisores da empresa Kudumba investimentos e inspectores da terminal de contentores com a função verificar as condições de camiões que pretendem carregar ou descarregar contentores. É neste portão por onde entram e saem todas as mercadorias transaccionadas no porto de Maputo, por isso oferece vários serviços.

No mesmo local verifiquei que os tripulantes de navios atracados bem como turistas vindos de cruzeiros usam o mesmo portão para terem acesso a diversos estabelecimentos localizados na cidade de Maputo. No momento de saída, no caso de tripulantes, são exigidos para que exibem

⁸ *Muxuapo*— Refere-se ao produto proveniente de roubo.

apenas um documento passado pelos Serviços Nacionais de Migração no porto de Maputo, sem fotografia, que é válido até as zero horas da mesma data, sem nenhuma revista, situação que se repete quando retornam aquele recinto, bastando que não portem bebidas alcoólicas.

Para Pinheiro (1998) refere que nos sistemas de segurança há sempre a necessidade de fazer reformas de natureza institucional, sugerindo a revisão de modelos de actuação para contornar possíveis crises de resultados que se pretenda atingir.

Nesta visão a busca de soluções comuns num empreendimento económico como o Porto de Maputo e com diversas forças actuando para o mesmo fim é necessário que se unifique esforços e se tracem estratégias concretas e que se tenha um único comando para que as acções de prevenção da criminalidade não ocorram de forma isolada.

6. Considerações finais

A questão de segurança pública é de grande importância como em qualquer sociedade, pois, por via dela há livre circulação de pessoas e bens, portanto, a responsabilidade para a sua manutenção deve ser partilhada, tanto para as instituições que da área assim como para os beneficiários (sociedade em geral).

No âmbito da aplicação das estratégias de combate ao crime no porto de Maputo verifica-se algumas limitações e lacunas. Primeiro, porque alguns agentes em serviço não vêm com relevância a realização de revistas a pessoas e viaturas no momento da entrada o que pode concorrer para o cometimento de delitos transnacionais como tráfico (substâncias proibidas, armas, espécies da flora e fauna) tendo em conta que o porto é uma fronteira marítima com contacto com o resto do mundo. Em segundo lugar o não patrulhamento a pé limita a acção dos agentes nos locais onde os meios circulantes não têm acesso bem como os custos que isso acarreta desde a sua aquisição, manutenção e combustíveis.

O facto de os agentes escalados nos portões de acesso privilegiar a revista nos dias em que estiverem a operar navios com produtos como citrinos, cereais, mariscos e açúcar, demonstra uma grande lacuna para a segurança, pois naquele local ocorre, igualmente, crimes de furtos qualificados em escritórios, parque de viaturas importadas e armazéns. Este facto devia levar as instituições que operam na área de segurança a repensar nas variantes de avaliação focos de cometimento de delitos, tendo em conta que o aumento de alvos para acção criminosa e ausência de mecanismos de controlo e vigilância eficazes.

Por último, ao se perpetuar ausência de uma coordenação das operações com as outras entidades paramilitares existentes no porto de Maputo e a comunicação deficiente levará ao que Giddens (1997), refere que sem crítica e autocrítica constantes dentro das instituições, sem se preocupar em olhar o todo, o sistema repressivo vai continuar combatendo a criminalidade que ele próprio produz e reproduzindo a criminalidade que pretende combater.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira. 1995. *Teoria e Investigação Empírica nas Ciências Sociais*, Lisboa, pp. 365-445.

BARREIRA, César (2004). *Em Nome da Lei e da Ordem: O Propósito da Política de Segurança Pública*. São Paulo, Editora Persp. V.18, nº1, pp.77-86.

BILA, Amorim (2008). *O Crime em Moçambique (2000 - 2007). Análise do crime em Moçambique*.

BORGES, Egor Vasco (2014). *A Democratização e a Profissionalização da Polícia em Moçambique: Transições E Tensões*. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília.

BORGES, E.V. (2012). *A formação profissional de policiais e o enfrentamento a delinquência nos marcos da edificação do Estado moçambicano*, in *Revista LEVS*. n.9. Marília.

CALDEIRA, César (2004). *A Política de Cárcere Duro*. Bango 1. São Paulo, v.18 Edt. Persp. nº1, pp87-102.

CASTELLS, Manuel. 1984. *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa, Editora Presença, 3ª Ed.

DIAS, José A. 1999. *Ideias para uma Segurança*. Rio de Janeiro, Editora Amazónias, v.1.

Departamento de Informação e Propaganda. In *Circulares da sede nacional do partido FRELIMO*. (1976). Coleção palavras de ordem nº3. Maputo.

FONSECA, Molise Zimmermann. (2006). *O policiamento a pé em áreas comerciais como estratégia da Polícia Comunitária na cidade de Belo Horizonte*. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais (ACADEPOL-MG), para aprovação no Curso de Pós-graduação em Criminologia/2005. Belo Horizonte.

FRANÇOIS, Laplatine. 2003. *Aprender a Antropologia*. São Paulo, Editora Brasileira, 15ª reimpressão.

GIDDENS, Antony (2004). *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian,.

GONSALVES FILHO, Anastácio Pinto; ANDRADE, José Célio Silveira; MARINHO, Márcia Mara de Oliveira (2013). *Modelo Para Gestão da Cultura de Segurança do Trabalho em Organizações Industriais*. São Paulo, V. 23, pp.178-188.

KUHN, Thomas (1991). *As estruturas das Revoluções Científicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva. Pp.13.

LAKATOS E MARCONE, M, (1992). *Métodos em investigação científico*, 4ª Edição, Lisboa. Editora: Salesiano.

MACAMO, Elísio, (2002). *A Transição Política em Moçambique*, Lisboa, CEA.

MATUSSE, O. (2013). *Manual de Elaboração de trabalhos Científicos*. 3ª Edição. Maputo. Impressão ISMMA.

OLIVEIRA, Luciane; MELO, Cristiane; PRADO, Marta; Bruggmann, Odaléa. (2013). Potencialidades e Limites das Abordagens de Pesquisa Qualitativa e Quantitativa, in *Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem*, Rio de Janeiro.

PINHEIRO, Paulo Sergio. 1998. Polícia e Consolidação democrática. O caso brasileiro, in *São Paulo sem medo. Um diagnostico da violência urbana*. São Paulo, Ed. Garamond.

RIBEIRO, António Vinício (2009). *Segurança, modernidade e tendências*, São Paulo, Editora Brasileira.

RIBEIRO, Fernanda M. V. (2012). Nuances da sociologia do desvio em Emile Durkheim, in *Revista Cadernos de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, UFRPE.

Relatório Anual (2015), 8ª Esquadra da PTC – Porto de Maputo.

Relatório Internacional sobre Prevenção da Criminalidade e Segurança Cidadã (2012). Centro Internacional para a Prevenção da Criminalidade (CIPC). Disponível em: www.crime-prevention-intl.org.

SANTOS, Emerson C. Rosa. (2006). *Conceito de Segurança*, in “*Monografias*”, São Paulo.

SANTOS, Bartira M. M. (2015). *Segurança Pública. Quem Estuda?* Rio de Janeiro, nº23.

Souza, Luís Antônio Francisco de. (2014). Políticas de Segurança Pública in *Observatório de segurança pública*, disponível em:
www.observatoriodeseguranca.org/files/Políticas%20de%20segurança%20pública2.ppt

SOUZA, Cassandra L. de Maya. (1989). *A Problemática dos Métodos Quantitativos e Qualitativos em Biblioteconomia e documentação: Uma revisão de literatura*. Brasília.

TROJANOWICZ. Robert; BUCQUEROUX. Bonnie (1999). *Policiamento Comunitário – Como Começar*. Rio de Janeiro 2ª ed, Biblioteca da Polícia Militar.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves (2009). *Teoria da Eficácia Colectiva e Violência: O Paradoxo do Subúrbio Carioca*. São Paulo, CEBRAP, nº84.